

A configuração da esfera pública imperial: imprensa, elites e poder

Isadora de Ataíde Fonseca

Professora Auxiliar na Universidade Católica Portuguesa, Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC, FCH-UCP)

iafonseca@ucp.pt

Introdução

O estudo propõe o conceito de Esfera Pública Imperial (EPI) enquanto espaço de confronto, disputa, debate e negociação no âmbito dos impérios coloniais europeus dos séculos XIX e XX. O desafio conceptual beneficia da realidade empírica, através da qual se revela a EPI no império português. Para se demonstrar tal espaço público de poder político e ideológico, caracteriza-se a emergência da EPI, identificam-se as suas estruturas fundamentais (a imprensa e o jornalismo) e revelam-se os seus protagonistas, as ‘elites imperiais’ e as ‘elites coloniais’.

A hipótese da EPI congrega duas dimensões. Primeiro, a imprensa foi a estrutura fundadora do debate político no Império e as suas elites foram as protagonistas do espaço público. Segundo, a imprensa foi a instituição que propagou os discursos de poder político, cultural e ideológico, reproduzindo e contestando as orientações militares, políticas e económicas do exercício do poder Imperial português na modernidade colonial.

A ideia de EPI acompanha o pressuposto de ‘entangled media history’, desenvolvido por Cronqvist and Hilgert. Na sua definição, o conceito inclui as ideias de overlapping, convergence, dissemination, imperialismo, resistance, adaptation, crossovers, interference, and hybridization. Neste pressuposto, o conceito de EPI é um requisito para a história dos media no contexto colonial português, visto que se pretende uma reflexão sobre a emergência, a convergência e a evolução dos media.

O estudo organiza-se em três secções. Na primeira parte estrutura-se o conceito de ‘Esfera Pública Imperial’ (EPI). No segundo momento analisa-se a emergência da EPI

no império português. Na terceira secção, o estudo retrata as elites enquanto protagonistas desta Esfera Pública Imperial.

O conceito de EPI

A teoria da Esfera Pública de Habermas é um contributo para a teoria política da democracia na medida em que revela o processo de emergência do espaço e da opinião pública e a imprensa enquanto sua plataforma estrutural, bem como ao destacar quem participa da discussão, quais as condições do debate e ainda os seus constrangimentos. O pressuposto de uma Esfera Pública Imperial acompanha este *a priori*, visto que pretende constituí-la como dimensão de análise e de explicação das dinâmicas sociopolíticas do império colonial português no contexto do liberalismo português entre 1820-1933. Para desenvolver o conceito de EPI, demonstrar a sua pertinência e relevância para o estudo dos impérios, acompanha-se a releitura crítica de Fraser.

Primeiro, a ideia de Esfera Pública correlaciona-se ao aparato de estado moderno e soberano em território delimitado. Tal aplica-se ao império-colonial português dos séculos XIX e XX

Segundo, os participantes desta esfera pública são membros de uma mesma comunidade política. No império português, tal ‘comunidade’ estendeu-se às estruturas de governo colonial, aos grupos económicos coloniais (proprietários e comerciais) e às fatias liberais e intelectuais (migrantes, radicados ou descendentes). Embora a larga maioria da população indígena não fosse cidadã e não tivesse direitos políticos, as elites nativas e assimiladas participaram e intervieram no espaço público.

Terceiro, o *topos* da EPI foi justo a organização político e económica, o mercado capitalista e a regulação do Estado. Ao longo dos séculos XIX e XX, a forma e o exercício do poder, nas suas estruturas nacionais e coloniais, foram o foco da discussão e da conflitualidade no espaço público e na imprensa.

Quarto, associada à imprensa e aos media modernos, a esfera pública requer infraestruturas nacionais que reúnam um público disperso. Os decretos da rainha D. Maria II em 1836 para instalar a imprensa nacional nas colónias e imprimir os boletins oficiais

foram o passo inicial na construção desta rede comunicativa, a qual foi decisiva também para o surgimento da imprensa independente. Note-se que a conexão das colônias africanas à rede de cabos submarinos europeus e mundiais aconteceu-se entre 1874-1883, potenciando as comunicações. Ou seja, existiram múltiplos canais de informação e discussão, publicados a partir da metrópole e das colônias, e que circulavam em todos os sentidos.

Quinto, em todos os territórios coloniais a língua portuguesa foi a língua comum da imprensa, utilizada pelos diversos grupos sociais e políticos. Embora tenham surgido jornais em línguas nativas, ou bilíngues, que cumpriram funções relevantes na constituição de subesferas comunicativas, estes foram efémeros. Por último, também em Portugal a origem da esfera pública encontra-se nos géneros literários burgueses do século XVII e XVIII, como demonstraram Alves e Tengarrinha.

O legado europeu, a língua e a geografia têm sido eixos centrais na história da imprensa e dos media, a exemplo dos estudos de Barton e Ochs sobre os media em África. E, retomando a influência de Harold Innis, assinala-se a crescente relevância do contexto imperial para se estudar os media. Potter situa entre 1876-1922 a emergência de um ‘sistema imperial de imprensa’ no caso inglês. O estudo de Kaul reúne um conjunto de estudos sobre os media britânicos em contexto imperial que no seu conjunto apontam para um espaço público partilhado. No caso português, com uma aproximação imperial mas não de uma esfera pública comum, destaca-se o estudo organizado por Garcia. Anotam-se também os estudos reunidos por Rahmani, os quais têm como foco à resistência aos impérios coloniais através dos media. E, finalmente, *Creating and Opposing Empire*.

Acompanhando tal investigação, propõe-se o conceito de uma Esfera Pública Imperial, no qual se reconhece um espaço público comum, que integra os territórios de um império e que conjuga os seus medias, assumindo a sua interdependência e correlação discursiva e dialógica no exercício do poder e na sua contestação. A dimensão de esfera pública nos contextos imperiais é necessária para se compreender os discursos que orientaram as dinâmicas e os fluxos sociopolíticos do colonialismo. Deste modo, a Esfera Pública Imperial configura-se como o espaço e o debate público no âmbito dos impérios, tem como estruturas privilegiadas a imprensa e o jornalismo, como protagonistas as elites

imperiais e coloniais, e como problemas fundamentais as dinâmicas políticas e económicas que derivam da situação imperial.

A Emergência da EPI

O surgimento das folhas noticiosas em Portugal data do fim do século XVI e insere-se numa rede europeia de informação em desenvolvimento que não é produto de um único país ou conjunto de instituições. Como assinalam Raymond and Moxham, a partir de 1450 emergiu na Europa uma cultura noticiosa que confluíu para uma comunicação pan-europeia, na qual as metrópoles foram centrais para o funcionamento da rede comunicativa, mas nas quais ‘centro’ e ‘periferia’ derivaram de padrões de comunicação e da geografia. Deste modo, os autores consideram o sistema noticioso enquanto um fenómeno internacional na sua génese. Como se demonstra, também a origem da imprensa e dos media no império português caracteriza-se como um fenómeno interconectado.

No processo de constituição da Esfera Pública em Portugal, entre 1780 e 1820, uma viragem na cultura política associou-se ao florescimento do espaço público liberal e da sua opinião pública. Alves assinala que a esfera pública se concentrou na imprensa periódica. A emergência do espaço público em Portugal passou por subesferas que enquadravam esboços de esferas públicas plebeias, estas enraizadas na mobilização política rural e urbana. Para o historiador, o processo de fusão das esferas literárias e políticas deram origem ao fenómeno da ‘opinião’ e o ‘povo’ tornou-se ‘público’ na vida intelectual e política.

Após a implantação do Regime Liberal, observou-se em Portugal um surto jornalístico, o qual Tengarrinha considera a afirmação de uma imprensa de opinião, período no qual se fortalece o engajamento entre o movimento periodístico e a vida política. A crítica pública à governação acentuou-se e o papel dos jornais no debate de ideias e na consciência política dos cidadãos foi indispensável nos conflitos entre liberais e absolutistas. Em simultâneo, a partir de 1820, Tengarrinha sublinha três aspetos da revolução na comunicação social: a criação de um espaço público politizado, a preocupação em dirigir a opinião pública e a convergência de meios (manifestos, proclamações, pasquins) na imprensa periódica.

Os desdobramentos e as consequências da Revolução Liberal nos territórios do império resultaram em espaços públicos de opinião locais, constituídos nos territórios coloniais. Estes, no contexto do império, emergiram e mantiveram-se em simbiose com a esfera pública metropolitana, constituindo uma Esfera Pública Imperial, como se demonstra na história da imprensa dos territórios coloniais portugueses na Ásia e na África.

Macau

Com o estudo da opinião pública de Macau e da imprensa que lhe dá voz nas primeiras décadas do século XIX, Alves contribui para iluminar e explicar a emergência da Esfera Pública Imperial no império português.

Goa

A historiografia da imprensa e do jornalismo de Goa e da Índia Portuguesa também documentam a sua origem associada ao contexto imperial, bem como o seu papel fundador e a sua integração na Esfera Pública Imperial, na qual dialoga com as elites e o poder em Lisboa e Macau.

África

Em meados do século XIX a imprensa chegou às colónias portuguesas em África através dos boletins oficiais, os quais deram publicidade e unidade ideológica às políticas do Império. A imprensa independente que se seguiu, promovida pelas elites coloniais e nativas promoveu os interesses locais no contexto do império. A imprensa dos territórios africanos integrou-se e concluiu o processo de afirmação de uma Esfera Pública Imperial. Tal imprensa tinha como tema privilegiado a situação política de Portugal, na qual se incluía os assuntos do governo central na metrópole, dos governos das colónias e das administrações locais. Inclusive, era comum que os jornais coloniais tivessem editoriais específicas para os temas metropolitanos, coloniais e locais, para além de notícias e debate sobre a atualidade das outras colónias, em África e na Ásia, como demonstrou Fonseca.

Se o espaço público de opinião foi uma demanda e um legado das lutas políticas liberais e da modernidade sociocultural, no cenário do império colonial Português a mudança de regime revolucionou as elites e a administração do império e fez emergir uma Esfera Pública Imperial.

Protagonistas da EPI

A *Gazeta das Colónias: Semanário/Quinzenário de Propaganda e Defesa das Colónias* (1924-1926) foi um marco jornalístico de reivindicação de Esfera Pública Imperial. Semanário, propriedade da Empresa de Publicidade Colonial, a organização dos conteúdos acompanhou os territórios coloniais e secções temáticas. A publicidade ocupou um espaço importante no título e associou-se aos interesses económicos da metrópole nas colónias, a exemplo do Banco Nacional Ultramarino, da Sociedade Angola e Congo, da Sá Leitão & Companhia, Importação e Exportação e da Companhia de Moçambique. Nos editoriais privilegiaram-se os temas relativos à gestão do império, entre eles: autonomia X centralização política; o funcionalismo colonial; a situação financeira e económica; a questão religiosa; o problema do trabalho e das políticas ‘indígenas’ e da imagem internacional do império.

A *Gazeta* teve como diretores os militares Oliveira Tavares, António Leite de Magalhães (governador da Guiné entre 1927-1931) e José Veloso de Castro. Os colaboradores do periódico revelam uma elite de militares, políticos, funcionários públicos, intelectuais e estudiosos de África com experiência no terreno, preocupada com as questões coloniais e ávida de intervenção nos rumos do projeto imperial português. Alfredo Augusto Freire de Andrade, engenheiro e político; Armando Cortesão, historiador e administrador colonial; Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, governador de Macau; o general José Augusto Alves Roçadas; o goês Luiz de Menezes de Bragança, intelectual e político; Brito Camacho, médico, político e governador colonial, são alguns dos nomes que se destacam na longa relação de políticos, militares, intelectuais e empresários que escreveram para o jornal.

Ilustrativo do poder das elites imperiais e coloniais exercido através da esfera pública e do *Gazeta* foi a partida do militar Oliveira Tavares da direção do jornal para dirigir a Companhia de Moçambique, anunciada no nº 21, em Abril de 1925. A relevância da imprensa como estrutura da esfera público e como espaço crucial de intervenção no processo político reafirmou-se na transferência de Leite de Magalhães para o governo de Angola no segundo semestre de 1926, divulgada no nº 37, em Setembro de 1926.

Roberts assinala que os objetivos e métodos do empreendimento colonial estavam em discussão entre as ‘mentes imperiais’ do princípio do século XX. O autor sublinha que as elites políticas, económicas, militares foram protagonistas das respostas aos problemas imperiais, destacando o papel das instituições nos territórios coloniais e os conflitos que se criaram entre metrópole e territórios em resultado dos ‘custos’ do empreendimento colonial. Beasley identificou o papel dos fundadores da Sociedade Colonial na emergência e afirmação da ideologia imperial no Reino Unido a partir de 1870, a qual dependeu do florescimento do jornalismo e da literatura popular. Também no império português as elites imperiais e coloniais apropriaram-se da imprensa e do jornalismo como canais privilegiados de afirmação do império e de conflitualidade do projeto colonial.

O conceito de elites ‘imperiais’ e ‘coloniais’ acompanha a definição de Xavier e Santos, no qual as ‘elites imperiais’ eram aquelas que circulavam pelo espaço do império a exercer funções políticas, económicas ou culturais. Já as ‘elites coloniais’, eram compostas pelos grupos fixados nos territórios do império, no qual tinham interesses e exerciam poder. Nesta linha, associa-se o *Gazeta das Colónias* às elites imperiais e os jornais dos territórios às elites coloniais. Argumenta-se que as elites imperiais e coloniais, conscientes da sua condição e poder, fizeram-se representar através da imprensa e disputaram o projeto imperial pela via jornalística. Através da Esfera Pública Imperial propagaram a sua ideologia, defenderam os seus interesses políticos e económicos, articularam as suas ambições pessoais e disseminaram as suas práticas culturais.

Conclusão

A Esfera Pública Imperial emergiu das lutas liberais do século XIX, disseminando o debate público e a imprensa nos territórios coloniais do império português. A política e a economia conjugaram-se enquanto *topos* da opinião pública num espaço geográfico disperso, porém entrelaçado e interdependente. As elites imperiais; as elites coloniais; e as elites nativas ou indígenas foram as protagonistas desta Esfera Pública Imperial.

Portugal exerceu poder político, económico, social e militar sobre as suas colónias ao longo de todo o século XIX e XX. A contínua resistência e contestação ao império nos territórios africanos, bem como as permanentes divergências sobre a orientação colonial, se manifestaram na Esfera Pública Imperial. Refletir sobre o espaço público e a opinião

pública, da metrópole e dos territórios coloniais, enquanto uma Esfera Pública Imperial integrada e dialógica é imprescindível para se compreender a imprensa e o jornalismo enquanto estrutura de representação e conflito político no contexto imperial e colonial, bem como para se problematizar a ideologia e a cultura, e a sua representação, no império português nos séculos XIX e XX.

As funções políticas de mediação e amplificação do debate público, o processo de integração do Estado e da Sociedade, a negociação de compromissos e o equilíbrio do poder estão entre os papéis destacados na teoria da esfera pública de Habermas e que foram desempenhados por esta Esfera Pública Imperial.

As forças económicas, políticas, militares e ideológicas – as quatro fontes de poder social identificadas por Michael Mann - foram as protagonistas da discussão e do confronto nesta Esfera Pública Imperial.

As elites coloniais, imperiais e nativas apropriaram-se da imprensa, foram agentes de uma Esfera Pública Imperial que serviu para confabular a ideologia do presente colonial e para desenvolver o imaginário do império português. Daí o relevo da imprensa na propaganda do império e da sua ideologia, como constatado por Mackenzie.

Acompanhando Cooper, se os impérios são sistemas espaciais que enfatizam diferença e hierarquia e constituem unidades políticas com discursos morais, o conceito teórico de Esfera Pública Imperial e a sua realidade empírica devem ser incluídos enquanto dimensões estruturais de análise e de explicação dos impérios coloniais.